

CIBERESPAÇO E VIOLÊNCIA POLÍTICO-ELEITORAL DE GÊNERO: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DAS ELEIÇÕES DE 2020 NO BRASIL

Congresso Internacional de Direito e Tecnologia, 1ª edição, de 10/05/2021 a 13/05/2021
ISBN dos Anais: 978-65-89908-05-0

ALVES; Milena Márcia de Almeida ¹, DIAS; Jasmine Lira Alheiros ²

RESUMO

A presente pesquisa busca preencher parte da lacuna existente nos estudos acerca do potencial violento do ciberespaço a mulheres que desejam participar ou já participam da vida política. Para tanto, realizamos um estudo de caso das eleições municipais ocorridas no Brasil em 2020, experiência tida como propiciadora de uma onda de violência sem precedentes, demonstrando os motivos que levam a internet a funcionar como um ambiente de entrave à participação política feminina, através de comentários de tom ameaçador e adjetivos pejorativos. Desenvolvemos, por meio das concepções de Teresa Sá e Marc Augé, que os novos ambientes de sociabilidade propiciados pela internet têm representado espaços “multifuncionais” os quais ensejam as necessidades do ser humano moderno ao tempo em que lhes dão vazão, massificando posicionamentos de animosidade no âmbito político. Chegamos às considerações de que levantamentos de dados sobre violência político-eleitoral de gênero no ciberespaço, em 2020, ficaram a cargo sobretudo da mídia independente, a qual, por meio do monitoramento de *tweets* de candidatos e candidatas ao pleito eleitoral, apresentou resultados alarmantes. Por último, analisamos dois dos principais levantes legislativos que tiveram por objeto a melhoria da situação de violência política/eleitoral de gênero no âmbito virtual: a Lei nº 13.642/2018, chamada de “Lei Lola”, e o PL 349/2015. Observamos que, a despeito da importância das iniciativas legislativas, persiste a necessidade de garantir a investigação dos fatos ocorridos na internet que digam respeito à violência impeditiva ou restritiva dos direitos políticos da mulher, no contexto eleitoral ou fora dele.

PALAVRAS-CHAVE: ciberespaço, eleicoes 2020, violência político-eleitoral de gênero

¹ Advogada - Bacharel em Direito pela UFPE - Pós-Graduada em LGPD pela Faculdade Legale (SP) - Membro do Núcleo de Estudos em Direito Público da OAB/Olinda
² Graduada em Direito pela UFPE - Membro do LACC (UFAL)